

APRESENTAÇÃO

A Revista do Legislativo Paranaense lança o seu sexto número apresentando o Dossiê em Direito Parlamentar, feito em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Parlamentar (Parla), cuja organização teve como convidados três membros fundadores do Instituto: Suellen Patrícia Moura, que é Doutoranda em Direito do Estado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná e Mestre em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina; Renan Guedes Sobreira, Mestre em Direito Constitucional pelo Centro de Estudios Políticos y Constitucionales de la Presidencia de Gobierno de España e Universidad Internacional Menéndez Pelayo e Pós-Graduado em Direito Parlamentar pela Universidad Nacional Autónoma de México; e Erick Kiyoshi Nakamura, Mestrando em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Constitucional pela ABDConst e Editor-Executivo da Revista da Faculdade de Direito da UFPR.

A ideia do Dossiê surgiu a partir da realização do evento *Assembleia em Debate: o Legislativo Estadual na Pauta*, promovido pela Escola do Legislativo da Assembleia, em conjunto com o Instituto Parla e o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) da UFPR, em abril do corrente ano, na Assembleia Legislativa do Paraná. O evento trouxe à tona a importância do debate de temas do escopo do Direito Parlamentar dentro das Casas Legislativas.

O Direito Parlamentar é o ramo da Ciência Jurídica que tem como objeto de estudo a constituição e o funcionamento dos Parlamentos, considerando as atividades parlamentares, as formações e atuação de bancadas, o processo legislativo, as Comissões Parlamentares e outros elementos relativos à atividade representativa. É área científica consolidada no exterior, que ainda carece de estudos adequados no Brasil.

Para contribuir com a expansão desse campo, o presente Dossiê conta com seis artigos. Na sessão Autora Convidada, a Doutora em Ciência Política, Karolina Mattos Roeder, traz a discussão sobre o papel dos partidos políticos quanto ao baixo número de mulheres eleitas. Considerando que os partidos têm a função de recrutar e formar a classe política, Roeder chama a atenção para a ausência de mulheres nas

comissões executivas partidárias e como isso pode contribuir com o pouco incentivo para grupos alijados da política tradicional – como mulheres e outras minorias sociais – participarem da política partidária e se candidatarem em eleições.

Na sequência, apresentamos cinco artigos que abordam os seguintes temas: Controle Jurisdicional de Atos Parlamentares, Minorias no Parlamento, Processo Legislativo e Comissões Parlamentares de Inquérito.

Boa leitura!

Roberta Picussa
Francis Fontoura
Dylliardi Alessi